

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.454.915 - SP (2019/0050044-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **EVANDRO DO NASCIMENTO QUINTANA**  
**AGRAVANTE** : **QUINTANA SUPLEMENTO E NUTRICAÇÃO ANIMAL LTDA**  
**ADVOGADOS** : **CARLOS ALBERTO PACIANOTTO JÚNIOR E OUTRO(S) -**  
SP214264  
FERNANDO HENRIQUE CHELLI - SP249623  
FLÁVIO AUGUSTO VALÉRIO FERNANDES - SP209083  
RAFAEL MORTARI LOTFI - SP236623  
**AGRAVADO** : **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A**  
**ADVOGADO** : **JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR E OUTRO(S) -**  
SP308730  
**INTERES.** : **SEMENTES QUINTANA MASTER LTDA**  
**ADVOGADOS** : **CARLOS ALBERTO PACIANOTTO JÚNIOR E OUTRO(S) -**  
SP214264  
FERNANDO HENRIQUE CHELLI - SP249623  
FLÁVIO AUGUSTO VALÉRIO FERNANDES - SP209083  
RAFAEL MORTARI LOTFI - SP236623

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE GARANTIA FIDUCIÁRIA, C/C REVISIONAL DE CONTRATO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ação declaratória de nulidade de garantia fiduciária, cumulada com revisional de cédula de crédito bancário, ajuizada pelo agravante.
2. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.
3. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por EVANDRO DO NASCIMENTO QUINTANA e QUINTANA SUPLEMENTO E NUTRICAÇÃO ANIMAL LTDA., contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "c" do permissivo constitucional.

**Ação:** declaratória de nulidade de garantia fiduciária, cumulada com revisional de cédula de crédito bancário, ajuizada pelos agravantes, em face do BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

**Sentença:** julgou improcedente o pedido.

**Acórdão:** negou provimento à apelação interposta pelos agravantes, nos termos da seguinte ementa:

AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE GARANTIA FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL CUMULADA COM AÇÃO REVISIONAL DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - CERCEAMENTO DE DEFESA – Prova pericial contábil – Desnecessidade – Julgamento antecipado da lide – Cabimento – Controvérsia a respeito da legalidade dos encargos cobrados pela instituição financeira, tratando-se de questões de direito – Artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015 (artigo 330, inciso I, do antigo Código de Processo Civil) – Questão de fato comprovada por meio de prova documental – Preliminar rejeitada – Recurso improvido, neste aspecto.

JUROS REMUNERATÓRIOS — ABUSIVIDADE - Inocorrência - Previsão expressa no contrato - Juros remuneratórios superiores a 12% (doze por cento) ao ano – Admissibilidade – Súmula 382 do STJ e REsp 1.061.530/RS, sob o rito dos recursos repetitivos – Recurso improvido, neste aspecto.

CAPITALIZAÇÃO DIÁRIA DE JUROS – Admissibilidade – Capitalização de juros remuneratórios, com periodicidade inferior a um ano, permitida pela Medida Provisória 1.963-17, de 30 de março de 2000, reeditada sob o número 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, desde que pactuada nos contratos bancários celebrados após esta data – Súmula nº 539 do STJ - Cédula de Crédito Bancária emitida em 28 de janeiro de 2013, portanto, após a edição da referida Medida Provisória, cuja inconstitucionalidade não foi reconhecida – Existência de previsão contratual relativa à capitalização de juros com periodicidade inferior à anual evidenciada pelas taxas efetivas mensal e anual contratadas – "A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada" – Súmula nº 541 do STJ – Além disto, a possibilidade de capitalização de juros, em Cédulas de Crédito Bancária, está prevista no art. 28, § 1º, da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004 – Capitalização prevista no contrato autorizada – Recurso improvido, neste aspecto.

DA GARANTIA FIDUCIÁRIA – O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor - Súmula nº 28 do Superior Tribunal

de Justiça – Licitude da garantia fiduciária pactuada no contrato -  
Recurso improvido, neste aspecto.

RECURSO IMPROVIDO.

**Embargos de declaração:** interpostos pelos agravantes, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alegam dissídio jurisprudencial quanto à possibilidade de revisão dos contratos anteriores e quanto à aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Julgamento: CPC/15.**

**- Da fundamentação deficiente**

Constata-se, da leitura das razões do recurso especial, que, quanto à alegada divergência jurisprudencial, os agravantes não indicam violação a qualquer dispositivo infraconstitucional, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

Não é possível o conhecimento do recurso especial fundado no dissídio jurisprudencial na hipótese em que não há a devida indicação de qual dispositivo de lei teria sido ofendido. Isso porque o entendimento do Superior Tribunal de Justiça preconiza que o apelo excepcional sustentado na dissidência pretoriana depende do apontamento do artigo de lei violado, sob pena de incidência da mencionada súmula, como ocorreu na hipótese. Precedentes: AgRg no AREsp 637.381/SP, 4ª Turma, DJe de 02/03/2016, e EDcl no AREsp 806.419/SP, 3ª Turma, DJe de 22/02/2016.

Ademais, verifica-se que entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários fixados anteriormente, porquanto já atingido o limite máximo previsto no art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora